

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM GOIÁS: FRAGMENTOS DE HISTÓRIAS DESDE A CANG AO INSTITUTO FEDERAL GOIANO

CARVALHO, M. A.¹; SOUZA, J. C. M.²; SANTIAGO, L. A. S.³

¹ Doutor, IFGOIANO, marco.carvalho@ifgoiano.edu.br

² Doutor, IF GOIANO, jose.moreira@ifgoiano.edu.br

³ Doutora, IF GOIANO, leia.adriana@ifgoiano.edu.br

Resumo:

Buscou-se refletir sobre o quadro institucional da educação profissional em Goiás e a adequação metodológica entre o proposto e o realizado a partir das políticas públicas de EPTT antes e após as reformas dos anos de 1990 e com criação dos Institutos Federais, isso feito a partir de pesquisa documental e bibliográfica que fundamentam a discussão e análise proposta. Particularmente na região de abrangência do IF Goiano, Câmpus Ceres foi possível observar preocupações com educação e profissionalização de jovens e adultos, desde a criação da CANG, passando pelo processo de criação da Escola Agrotécnica Federal de Ceres, as reformas da década de 1990 até o advento dos Institutos Federais com a Lei 11.982/2008. À luz do material analisado, inferimos que a cultura organizacional, estrutura física e experiências acumuladas pelo quadro docente têm sido adequadas para o desenvolvimento de um perfil cidadão do mundo. Entendemos que, a partir da nova institucionalidade, os desafios da verticalização e horizontalização das ofertas exigem uma postura crítica e ativa de toda comunidade, o que passa por refletir sobre os percursos formativos de seus currículos e procedimentos didático-pedagógicos, que no caso específico dos cursos técnicos integrados, têm se afastado do que preconiza o decreto vigente.

Palavras-chave: Educação profissional. Políticas curriculares. Institutos federais.

1. Introdução

O presente trabalho tem por objetivo situar o quadro institucional da educação profissional agrícola em Goiás e reconhecer as noções teórico-metodológicas que têm servido de referência à reorganização ou estruturação de políticas e práticas de educação profissional, especialmente em três ocasiões, antes e após as reformas da educação profissional implementadas, no Câmpus Ceres, nos anos 1990 e a partir da reorganização da rede federal, com a constituição dos Institutos Federais, o que requer estudos que identifiquem discrepâncias entre o proposto, como as políticas de EPTT, e o que efetivamente se realiza.

2. Metodologia

As discussões são decorrentes dos resultados obtidos em duas teses de doutorado, Carvalho (2012) e Souza (2014), que evidenciam mudanças significativas no quadro institucional da Educação Profissional em Goiás. Assim, por meio do estudo documental, revisão bibliográfica e dados conclusivos dos referidos estudos, procuramos reconstruir fragmentos da educação profissional em Ceres, antes e após a criação do IF Goiano, o que permite verificar a existência de uma nova institucionalidade da educação profissional.

3. Resultados e discussões

Ao estudar a educação profissional em Ceres, desde a Colônia Agrícola Nacional de Goiás - CANG, Carvalho (2012) correlacionou esta ao processo histórico de desenvolvimento da região, seus conflitos e demandas, que nos primórdios estiveram presentes, de um lado, emergia a luta por educação das famílias camponesas e de outro, na década de 1980, o movimento de grandes produtores pela criação da escola agrotécnica, atual Câmpus Ceres.

Recuando à primeira fase mencionada, ainda na década de 1940, a educação, inclusive rural, foi uma preocupação presente na colônia. O colono tinha acesso gratuito a terras e benefícios. [...] eram casas, ferramentas [...], assistência hospitalar, remédios e escolas (ANDRADE, 2006, p.39). Ainda sobre o ensino agrícola, a mesma autora destaca a Escola Batista de Horticultura e Granjas B. M Foreman, inaugurada em 29 de fevereiro de 1960, desenvolvia uma pedagogia similar a Escola Fazenda¹. Já na década de 1980, a mencionada modernização conservadora, coincide com a pecuarização na região analisada e a reorganização da educação profissional, pela Lei 5.692/71, registrando ainda, neste momento, o movimento de grandes produtores visando a implantação de uma escola agrotécnica federal.

Nos anos de 1990, ocorrem as reformas decorrentes da Lei 9.394/96 e decretos 2.208/97 e 5.154/2004. Neste período, retomando a criação da Escola Agrotécnica de Ceres, em 1995, foi adotado o Sistema Escola Fazenda (EF), passando pela Pedagogia de Projetos² (PP) e a Formação Unitária³ (FU).

¹ Segundo Koller e Sobral (2010, p. 224), o sistema escola-fazenda foi introduzido no Brasil em 1966, decorrente da implantação de ações do Programa do Conselho Técnico-Administrativo da Aliança para o Progresso o CONTAP II (Convênio Técnico de Aliança para o Progresso, MA/USAID para suporte ao ensino agrícola de grau médio).

² Para Hernandez (1998) podemos definir a Pedagogia de Projetos, Decreto 2.208/1997, como uma atividade intencional que pressupõe um objetivo que dá unidade e sentido as várias atividades passando para o aluno a responsabilidade e autonomia, exigindo maior complexidade e resolução de problemas.

³ Trata-se da proposta de uma formação omnilateral e sua natureza classista e revolucionária presente no projeto de Escola Unitária proposto por Antonio Gramsci, apoiada na ontologia marxiana. Decreto 5.154/2004.

A partir de 2008, conforme preconiza a Lei 11.892/2008 são estabelecidos novos objetivos institucionais, na perspectiva de horizontalizar e verticalizar a abrangência das ações da Rede Federal de EPTT⁴.

É neste contexto contraditório que as escolas técnicas localizadas em Goiás, cuja cultura institucional historicamente esteve voltada para a formação de trabalhadores de nível para o mercado de trabalho, foram inseridas às novas concepções e estruturação política da rede federal de educação profissional, que inclui a formação de professores, bacharéis, especialistas, mestres e doutores, além da formação básica de jovens e adultos, em ações de extensão como Mulheres Mil e PRONATEC, seja presencialmente, como também à distância, dentre outras modalidades emergentes e previstas na mencionada legislação e posteriores.

Assim, particularizando nesse momento do texto o IF Goiano, à luz dos resultados da pesquisa realizada, foi possível verificar que as instituições que têm se ocupado da formação profissional, vem buscando (re)construir sua nova identidade e adquirir informações sobre seus vínculos institucionais, estratégias de atuação, cursos ofertados, certificações conferidas, principais estratégias metodológicas, perfil docente e perfil discente/egresso.

Sobre os sujeitos que atuam nessa formação, no IF Goiano, Souza (2014) indica que, em relação aos docentes predomina o regime de dedicação exclusiva e significativa experiência profissional anterior, pois apenas 25,7% dizem que não tiveram experiência profissional anterior como docente, indicando certa maturidade profissional do quadro, aspecto positivo frente aos novos desafios institucionais. Entretanto, pela diversidade de tais vivências, em princípio cria obstáculos ao processo de troca de informações e integração, visto que, estudos de Carvalho (2012) apontaram que, na opinião dos docentes informantes, o diálogo é imprescindível no processo de integração de experiências a benefício da formação integral dos alunos, porém estes apontaram que tais trocas de informações e experiências profissionais é pouco efetivo entre docentes⁵ e que não é uma tarefa fácil, tanto em termos de lugar epistemológico inerente ao percurso de cada professor, como pela trajetória formativa

⁴ São objetivos dos Institutos Federais: I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos; II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores [...]; III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade; IV - desenvolver atividades de extensão [...] em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos; V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e VI - ministrar em nível de educação superior (BRASIL, 2008, seção III, art. 7º).

⁵ Postura individualista foi apontado como um dos fatores responsáveis pelo baixo nível de interação e diálogo, além da falta efetiva prática interdisciplinar, condição precípua para que a formação unitária e *omnilateral* saia do papel e ganhe espaço efetivo nas relações envolvidas no processo didático-pedagógico.

destes e a própria fragmentação curricular de seus cursos de graduação e pós-graduação, decorrentes das reformas educacionais promovidas no período militar, a Lei 5.540/68 e 5.692/71. Certamente o fenômeno se reproduz em outras instituições e níveis de ensino, não somente no profissionalizante.

Ainda em relação ao processo de maturidade institucional e suas novas atribuições, notamos que as experiências anunciadas pelos sujeitos entrevistados por Souza (2014), indicam que a formação ofertada pelo IF Goiano e pela rede que ele integra está diante de mudanças profundas na natureza da educação e do trabalho, uma vez que a característica presente nos cursos é que, embora tivessem sido criados com fins profissionalizantes, estão marcados pela dualidade de funções, que está relacionada com a formação para a profissionalização de um determinado grupo social - enquanto para outro, a formação é destinada à continuidade estudos e ao mesmo tempo ao mundo do trabalho.

Essa dualidade parece dificultar a estruturação desses cursos técnicos, na medida em que, para a escola e o professor, o aluno que ingressa está em busca da oportunidade de adentrar no mercado de trabalho, quando no contexto atual, para muitos alunos, o curso técnico representa, especialmente o ensino médio integrado, uma alternativa ou mesmo estratégia para o ingresso nos cursos superiores. Tais disposições interiorizadas servem para impulsionar a atuação dos referidos sujeitos na modalidade de formação de trabalhadores e buscar para si uma melhor condição socioeconômica e profissional.

Ao desvelar a educação profissional agrícola ofertada pelo IF Goiano, no que ela determina nas relações internas de um ou mais segmentos da sociedade, Souza (2014) revela o quanto as estruturas são determinadas por essas relações, isto é, são estruturadas. Vimos nas percepções dos sujeitos entrevistados que veem a qualificação profissional como uma atribuição do sujeito e que ela só se torna efetiva, no jogo das relações sociais que se estabelecem entre o trabalhador, a instituição formadora, as empresas e o Estado - na forma de sua política econômica e social, ou seja, numa visão mais próxima do que é chamado de qualificação profissional, como relação social. O trabalhador (gestor ou docente) do IF Goiano tem clareza destas relações. Para os informantes a qualificação profissional não depende apenas da instituição e nem apenas do sujeito trabalhador em formação no instituto, como querem fazer crer algumas ideias dominantes acerca da relação educação e trabalho.

No que se refere ao segmento discente, que igualmente é ator no processo formativo, ao estudar o perfil do egresso do Curso Técnico Agrícola do câmpus Ceres, Carvalho (2012) conclui que ao contrário do que se pretendia um peão melhorado, o que foi observado é que, considerando a metodologia e a qualidade do processo didático-pedagógico, na opinião de

91,7% dos informantes a formação recebida foi adequada, além do amadurecimento decorrente da troca de experiências facultada, foram fundamentais ao desenvolvimento de um perfil cidadão do mundo, seja agronegócio, agricultura familiar, ou mesmo em outros ramos, os quais igualmente valorizam de forma similar as áreas de conhecimentos propedêutica e profissionalizantes, avaliadas por 58% dos informantes como imprescindíveis e complementares, nas três fases analisadas.

Historicamente o foco da atuação do IF Goiano, conforme indica Souza (2014), é o de desempenhar um papel importante na formação dos trabalhadores na agricultura e noutras áreas também, como na difusão de conhecimentos para a melhoria da produção e das condições da vida das populações atendidas, daí a percepção de uma aceitação maior da instituição como espaço de formação de trabalhadores e sua equiparação à universidade conforme previu a Lei 11.892/2008. Entretanto, uma cultura institucional não se transforma por decreto e requer ações objetivas que aproximem à realidade dessa nova institucionalidade.

Embora a legislação atual de formação técnica preconize a formação unitária, o conceito de competências tem orientado a elaboração de currículos nesse nível de ensino. No entanto, a organização, a adaptação e a execução dos cursos profissionalizantes, com base na agropecuária, têm sido lentas e contraditórias, devido ao desconhecimento, à má utilização e à dificuldade de interpretação desse conceito pelas equipes de formadores, portanto, pouco contribuindo para a efetivação de uma nova institucionalidade da educação profissional.

Foi possível inferir que historicamente essa educação profissional tem sido desenvolvida na perspectiva de adequação às demandas do mercado, em detrimento do desenvolvimento amplo do aluno/trabalhador, tal tendência permanece no atual contexto do IF Goiano, o que pode facilmente ser observado a partir da inversão do foco das matrizes curriculares, que anteriormente eram 2/3 para a formação profissional e 1/3 para a formação geral, para o formato atual em que 2/3 focam a formação geral e científica dissociada da formação profissional se considerarmos que o Decreto 5.154/2004 tem no trabalho um princípio formativo e elemento fundante da *omnilateralidade*, quando o que tem ocorrido é um distanciamento de aulas e atividades práticas, mas principalmente em nível de campo.

Isto é, uma modalidade de ensino sem relação estreita com o universo do trabalho por oposição ao que, em tese, tende ou deveria ocorrer no ensino médio técnico e profissional. As expectativas de um ensino um pouco mais adensado, com vistas ao ingresso na educação superior ou obtenção de saberes formativos e profissionalizantes, norteados pelo objetivo de inserção mais favorável no mercado de trabalho, consistem em características do ensino médio articulado ao conhecimento técnico e profissional.

4. Conclusões

Os avanços e retrocessos da legislação e políticas de governo para a formação do técnico agrícola pelo IF Goiano frente à sua nova institucionalidade, visando à formação cidadã de jovens passa efetivamente pela vontade coletiva dos membros que dele fazem parte, exigindo ações objetivas facultem sua efetividade, a partir de um currículo vivo que permitam com que este aluno tome decisões relativas à suas respectivas trajetórias formativas, o que passa necessariamente pela postura docente e institucional, que vão além da legislação.

Entendemos que a formação unitária não deveria ficar alheia à formação cidadã, onde o trabalho é igualmente princípio formativo do profissional que será inserido em um mundo globalizado, que exige uma postura crítica no exercício da profissão frente aos desafios atuais, dicotômicos, onde uma competitividade econômico-produtiva deve igualmente buscar a sustentabilidade planetária. Isto somente é possível a partir de uma formação que faculte uma consciência histórica, crítica e cidadã, preconizada pelo Decreto 5.154/2004, mas que carece de uma revisão em sua matriz curricular e em seus procedimentos didáticos e metodológicos que, efetivamente, faculte o incremento do trabalho como princípio formativo, além da formação geral, científica e humana, conforme temos dado relevo no presente trabalho.

5. Referências

ANDRADE, N. L. de **Reforma agrária**: Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG). 2. ed. Goiânia: KELPS, 2006.

BRASIL. **Lei nº. 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, Cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e da outras providencias. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892>. Acesso em: 26 jan. 2016.

CARVALHO, M. A. **Técnico agrícola: peão melhorado?** 2012. 298 f. TESE (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação ó Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2012.

HERNANDEZ, F. **A Organização do currículo por projetos de trabalho**: o conhecimento é um caleidoscópio. 5ª edição, Porto Alegre, Artes Médicas, 1998.

KOLLER, C; SOBRAL, F. A construção das escolas agrotécnicas federais: a trajetória da COAGRI ao CONEAF. In. MOLL, J. et al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 220-243.

SOUZA, J. C. M. de. **A educação profissional agrícola na constituição do Instituto Federal Goiano**. 2014. 154 f. TESE (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação ó Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.